



CONTRATO ADMINISTRATIVO N º 234/2024

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE REDE E CONECTIVIDADE E EMULAÇÃO DE TERMINAIS, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Das Partes:

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**, com sede na Rua Gen. João Antônio, nº 1.305, em São Vicente do Sul - RS, inscrita no CNPJ-MF sob nº 87.572.079/0001-03, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. FERNANDO DA ROSA PAHIM**, cédula de identidade n.º 1082529239 SSP/RS e CPF n.º 000.109.510-24, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

CONTRATADA: **PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, com sede na Praça dos Açorianos, s/nº, em Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ-MF sob nº 87.124.582/0001-04, neste ato representada pelos titulares abaixo assinados e identificados, doravante denominada **PROCERGS**.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, mediante dispensa do procedimento licitatório, nos termos do Artigo 75, Inciso IX, da Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021, e legislação pertinente e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o fornecimento dos seguintes serviços:

1.1.1 - **Administração de Rede e Conectividade – ARC**. Este serviço constitui-se no seguinte:

a) Porta Túnel Internet Individual para Acesso à Rede RS (IP – *Internet Protocol*) de comunicação de dados administrada pela **PROCERGS**.

1.1.2 - **Emulação e Terminal – EML**. Este serviço constitui-se no seguinte:

a) Fornecedor de Emulação de terminal e endereçamento lógico dos microcomputadores pertencentes às redes locais do **MUNICÍPIO**, possibilitando o acesso aos sistemas executados nos *mainframes* da **PROCERGS**.

1.2 - As quantidades iniciais contratadas poderão sofrer acréscimos ou decréscimos conforme a demanda do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

A execução do presente contrato abrange as seguintes tarefas, pela **PROCERGS**:

2.1 - **Administração de Rede e Conectividade – ARC**

2.1.1 - Manter a infraestrutura básica de comunicações, operação e plantão de rede, bem como todos os demais serviços e recursos necessários ao perfeito funcionamento da rede de comunicação de dados da **PROCERGS**.

2.1.2 - Configurar a conexão entre os dispositivos do **MUNICÍPIO** e o servidor de tunelamento instalado na **PROCERGS** através da Internet, utilizando a tecnologia de túnel criptografado.

2.1.3 - Assessorar o **MUNICÍPIO** na instalação e configuração do aplicativo (*client*) para estabelecer o tunelamento.

2.2 - **Emulação de Terminal – EML**



2.2.1 - Manter Central de Atendimento (*Help Desk*) para registrar, solucionar e acompanhar as ocorrências.

2.2.2 - Manter o *software* básico de comunicações, plantão de rede e todos os demais serviços e recursos necessários ao bom funcionamento da rede *IP* da **PROCERGS**.

2.2.3 - Manter pessoal e equipamentos de apoio para a operação da rede de teleprocessamento.

2.2.4 - Fornecer *software* emulador para cada microcomputador pertencente às redes locais do **MUNICÍPIO** conectadas à Rede RS.

2.2.5 - Definir e manter os endereços e nomes lógicos das conexões contratadas.

2.2.6 - Possibilitar, via rede *IP*, acesso aos sistemas disponíveis na **PROCERGS**. Os acessos a esses sistemas serão objeto de contratação específica.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS

3.1 - Os preços mensais dos serviços **ARC** e **EML**, base **abril/2024**, são os constantes na Tabela de Preços - **ANEXO I**, entendidos como preços justos e suficientes para a total execução destes serviços sendo devidos somente os valores referentes aos serviços efetivamente prestados ao **MUNICÍPIO**.

3.2 - No valor do presente contrato estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DO RECURSO FINANCEIRO

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do seguinte recurso financeiro:

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade: Manutenção da Secretaria de Administração - 2009
Despesa: 1002 3390.40.06.00.00.00 LOCAÇÃO DE SOFTWARE

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO CONTRATUAL

5.1. Os serviços terão início a contar do recebimento da autorização de serviço e serão executados de acordo com as cláusulas deste instrumento.

5.2. A autorização de serviço somente poderá ser entregue após a publicação, pelo **MUNICÍPIO**, da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ou Imprensa Oficial local.

5.3. O prazo de duração do contrato será de **12(Doze) meses**, a contar do início da prestação dos serviços, Podendo ser prorrogados por igual período conforme art. 107 d Lei 14.133/21

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação dos serviços e em até 20 (vinte) dias da apresentação/protocolização do Documento Fiscal de Cobrança pela **PROCERGS**, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados.

6.2. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação do Documento Fiscal de Cobrança da **PROCERGS**, considerando os valores discriminados no **ANEXO I** – Tabela de Preços.

6.3. A protocolização do Documento Fiscal de Cobrança somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da **PROCERGS**.

6.4. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **PROCERGS**, quando couber, estarão sujeitos às retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da **PROCERGS**, nos termos da legislação vigente.

6.5. Caso a **PROCERGS** seja dispensada de retenções deverá entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

6.6. O pagamento, relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês, será efetuado proporcionalmente ao número de dias, contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.



CLÁUSULA SÉTIMA: DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

7.2. O valor decorrente da atualização monetária, se houver, será cobrado mediante Nota de Débito, com vencimento apurado para 20 (vinte) dias a contar da data da sua emissão.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1. O contrato será reajustado, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base de reajuste.

8.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.2. O valor do contrato será reajustado no mês base, em consequência da variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, relativa aos 12 meses anteriores, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = P0 \times [(IPCA_n / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = parcela de reajuste;

P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;

IPCA_n = número do índice IPCA referente ao mês anterior ao mês do reajuste (o percentual de reajuste considera a variação de índices dos 12 meses anteriores à data-base de preços);

IPCA₀ = número do índice IPCA referente ao mesmo mês do IPCA_n só que do ano anterior.

Por exemplo, se a data-base de um contrato for março/2023, em março/2024 ele será reajustado pela variação entre o número índice de fevereiro/2024 e o número índice de fevereiro/2023.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

9.1. Em caso de atraso de pagamento, a **CONTRATANTE** incorrerá em multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA PROCERGS

10.1. Executar os serviços, conforme especificações contidas no presente instrumento.

10.2. Garantir a disponibilidade do serviço durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, nos 07 (sete) dias da semana, ressalvadas as paradas para manutenção ou instalação de equipamentos da **PROCERGS**, que serão previamente comunicadas.

10.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao **MUNICÍPIO** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

10.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o **MUNICÍPIO** autorizado a descontar dos pagamentos devidos à **PROCERGS**, o valor correspondente aos danos sofridos, após apuração e observada a ampla defesa e o contraditório.

10.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao **MUNICÍPIO**.

10.7. Assegurar a manutenção técnica dos seus equipamentos e *softwares* de rede.

10.8. Manter o sigilo sobre as informações confiadas pelo **MUNICÍPIO**.

10.9. Comunicar ao **MUNICÍPIO** qualquer anormalidade constatada referente à execução do presente Contrato e prestar os esclarecimentos solicitados.

10.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



10.11. Indicar pelo menos 01 (um) profissional de seu quadro funcional para fazer ligação com o **MUNICÍPIO**, sobre a execução do objeto deste Contrato.

10.12. Respeitar a privacidade e a confidencialidade do conteúdo dos documentos do **MUNICÍPIO**, comprometendo-se a não os editar, acessar nem divulgar, exceto em cumprimento de ordem judicial ou por solicitação do **MUNICÍPIO** para identificar ou resolver problemas técnicos que possam comprometer o serviço prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. Pagar à **PROCERGS** o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no presente instrumento.

11.2. Dar, à **PROCERGS**, as condições necessárias à execução regular do contrato.

11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **PROCERGS**, de acordo com as cláusulas contratuais.

11.4. Notificar a **PROCERGS** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor do Documento Fiscal de Cobrança dos serviços da **PROCERGS**, nos termos da legislação vigente.

11.6. Comunicar à **PROCERGS**, via Central de Atendimento (*Help Desk*), quando for constatado algum problema na rede ou nos serviços básicos.

11.7. Manter operacionais os microcomputadores que farão o acesso via Túnel Internet individual, de acordo com as especificações fornecidas pela **PROCERGS**.

11.8. Manter operacional a conexão ao provedor Internet, quando utilizar o acesso via Túnel Internet individual.

11.9. Fornecer e atualizar as informações de configuração de rede necessárias, quando solicitadas pela **PROCERGS**.

11.10. Indicar pelo menos 01 (um) profissional de seu quadro funcional para fazer ligação com a **PROCERGS** sobre a execução do objeto deste contrato.

11.11. Disponibilizar os equipamentos, onde serão executados os *softwares* emuladores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.1. Considerando a natureza do objeto ora contratado, ambas as partes reconhecem que na execução do Contrato serão realizadas operações de tratamento de dados pessoais, sendo necessário assegurar que o tratamento destes dados esteja alinhado com as exigências legais e com as melhores práticas de proteção de dados.

12.2. O presente Contrato está inteiramente submetido à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) obrigando-se, **MUNICÍPIO** e **PROCERGS** a observar todos os seus termos e condições, e devendo, em especial:

a) tratar e usar os dados pessoais a que tem acesso em razão do cumprimento desse Contrato nos termos legalmente permitidos, em especial no que concerne aos dados pessoais sensíveis;

b) tratar os dados pessoais acessíveis no âmbito desse contrato de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados abstendo-se de todo e qualquer tipo de tratamento avesso à essa finalidade, salvo casos previstos em lei;

c) enviar seus melhores esforços para adoção de medidas necessárias para garantir a segurança dos dados pessoais (incluindo a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e a irrefutabilidade), protegendo-os contra a perda ou destruição, acidental ou ilícita, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

d) caso ocorra um incidente de segurança envolvendo dados pessoais, que configure risco ou dano relevante aos titulares de dados, a **PROCERGS** (agente operador) notificará o **MUNICÍPIO** (agente Controlador) no prazo máximo de 40h (quarenta horas) após ter ciência do mesmo;

e) dar ciência ao **MUNICÍPIO** sobre o uso de sub-operadores no âmbito desse Contrato, bem como garantir a submissão do sub-operador às mesmas obrigações da **PROCERGS** no que se refere à confidencialidade e ao atendimento à legislação de proteção de dados pessoais;

f) o **MUNICÍPIO** não exigir da **PROCERGS** tratamento de dados pessoais em desacordo com a



LGPD.

12.3. Para o fiel cumprimento deste Contrato, **MUNICÍPIO** e **PROCERGS** expressamente declaram, para todos os efeitos legais, que:

a) trabalham no constante mapeamento e revisão das suas atividades de tratamento de dados pessoais, objetivando não ter nenhum dado tratado sem o devido enquadramento em pelo menos uma das hipóteses legais previstas nos artigos 7º ou 11º da LGPD, ou em desrespeito aos princípios norteadores do artigo 6º da mesma lei;

b) tem em seu quadro funcional um profissional intitulado Encarregado de Dados Pessoais, apto a atuar como canal de comunicação entre os titulares de dados, o agente **CONTROLADOR** e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

12.4. **MUNICÍPIO** e **PROCERGS** comprometem-se, em relação aos dados pessoais coletados no âmbito desse Contrato, a: (i) não utilizá-los para propósitos outros que não o exercício das atividades previstas neste Contrato; (ii) não revelá-los a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, ou compilações, ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam os referidos dados pessoais; (iii) restringir o seu acesso, divulgando-os apenas àqueles funcionários e profissionais que necessitem conhecê-los e na medida necessária à execução de suas tarefas.

12.5. A **PROCERGS** deve garantir que os dados regulamentados pela LGPD estarão armazenados preferencialmente em território nacional, salvo exceções de comum acordo com o **MUNICÍPIO**.

12.6. A **PROCERGS** deve se abster de analisar o comportamento dos titulares dos dados regulados pela LGPD, com o objetivo de divulgação a terceiros.

12.7. A **PROCERGS** implementa diversos controles de segurança de forma a garantir que a execução do objeto da contratação esteja adequada à LGPD, permitindo inclusive auditorias solicitadas pelo **MUNICÍPIO** que deverão ser acordadas com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

12.8. O **MUNICÍPIO** reserva-se o direito de utilizar soluções de outros agentes operadores, os quais tenha relação contratual, e que precisam eventualmente ser embarcadas aos sistemas da **PROCERGS**, a exemplo, mas não se restringindo, aos *chatbots* de terceiros. Em se identificando violações de dados pessoais oriundos do tratamento dessas soluções, os agentes responderão por possíveis danos a terceiros, nos limites das suas responsabilidades, após apuradas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO ANTECIPADA

13.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se à **PROCERGS** o contraditório e a ampla defesa.

13.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da **PROCERGS** nas hipóteses do art. 137, § 2º, com as consequências previstas no art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

- a) levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) apuração de indenizações e multas.

13.4. O presente contrato, após devidamente assinado pelas partes contratantes, substitui integralmente o contrato **DRC-346/2019**, o qual restará resiliado de pleno direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS VEDAÇÕES

14.1. É vedado à **PROCERGS**:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do **MUNICÍPIO**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2. A **PROCERGS** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo **MUNICÍPIO**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

17.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

17.2. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo **MUNICÍPIO**.

17.3. Todas as comunicações relativas ao presente contrato deverão ser formuladas por escrito, exceto os chamados para a Central de Atendimento (*Help Desk*), que poderão ser formulados por telefone.

17.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/RS, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da Lei nº 10.697/1996, regulamentada pelo Decreto nº 36.888/1996.

17.5. O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o Processo Administrativo Nº 275/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 133/2024, processado na forma do Artigo 75, Inciso IX, da Lei Federal nº 14.133, de 01.04.2021alterações, com os quais o CONTRATADO, abaixo assinado, se obriga, sob as penas da lei.

E por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, elegendo o Foro de Porto Alegre - RS, para dirimir eventuais questões dele decorrentes, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

São Vicente do Sul, 07 de Junho de 2024

Representante do **MUNICÍPIO**

Representante da **PROCERGS**

Representante da **PROCERGS**

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

Este Contrato foi examinado e aprovado em 07/06/2024 pelo Setor Jurídico Municipal.



1) TABELAS DE PREÇOS

ADMINISTRAÇÃO DE REDE E CONECTIVIDADE – ARC

TABELA DE PREÇOS		
Tabela: LB-ARC-04/2024-03/2025-(PROA:2204890002044-4)(R.IPCA)		Vigência 01/04/202 - 31/03/2025
Grupo: 01 - ADMINISTRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
ARC.01.100110	ARC-Administração (por unidade)	R\$ 197,45
Grupo: 02 - CONECTIVIDADE		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
ARC.02.100120	ARC-Conectividade menor que 100 Mbps (p/unidade)	R\$ 758,65
ARC.02.100130	ARC-Conectividade de 100 Mbps a menor que 1Gbps(p/unidade)	R\$ 935,33
ARC.02.100140	ARC-Conectividade de 1Gbps a 10Gbps (p/unidade)	R\$ 1.247,10
ARC.02.100150	ARC-Conectividade SDWAN até 30Mbps (p/unidade)	R\$ 519,62
Grupo: 03 - TÚNEL INTERNET		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
ARC.03.100160	ARC-Túnel Internet Individual (p/unidade)	R\$ 18,70

EMULAÇÃO DE TERMINAIS – EML

TABELA DE PREÇOS		
Tabela: LB-EML-04/2024-03/2025 (IPCA)		Vigência 01/04/202 - 31/03/2025
Grupo: 02 - CONEXOES P/EMULACAO E ENDERECAMENTO		
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
EML.02.112600	Ate 500 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 113,18
EML.02.112610	De 501 ate 600 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 102,37
EML.02.112620	De 601 ate 700 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 91,62
EML.02.112630	De 701 ate 800 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 80,84
EML.02.112640	De 801 ate 900 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 72,71
EML.02.112650	De 901 ate 1000 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 64,67
EML.02.112660	De 1001 ate 1100 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 56,56
EML.02.112670	Mais de 1100 - (Por Órgão, por Emulação)	R\$ 48,48

2) DESCRIÇÃO DOS ITENS DE FATURAMENTO

• **Serviço ARC:**

Item de faturamento **Túnel Internet Individual (por unidade)**: representa a remuneração pelo serviço de Túnel Internet fornecido ao **MUNICÍPIO** considerando a quantidade total de túneis internet. As quantidades são apuradas no período de competência do documento fiscal de cobrança.

• **Serviço EML:**

Serviço cobrado de forma escalonada de acordo com a quantidade de túneis contratados:



Item de faturamento **Até 500 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de até 500 túneis.

Item de faturamento **De 501 até 600 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 501 túneis até 600 túneis.

Item de faturamento **De 601 até 700 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 601 túneis até 700 túneis.

Item de faturamento **De 701 até 800 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 701 túneis até 800 túneis.

Item de faturamento **De 801 até 900 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 801 túneis até 900 túneis.

Item de faturamento **De 901 até 1000 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 901 túneis até 1000 túneis.

Item de faturamento **De 1001 até 1100 - (Por Órgão, por Emulação)**: representa o valor por túnel contratado pelo **MUNICÍPIO** na faixa de 1001 túneis até 1100 túneis.



DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Rede da PROCERGS

1) ARC – Administração de Rede e Conectividade

Serviço de Túnel Internet individual, usado para garantir segurança e privacidade no acesso aos serviços que são executados no *Data Center* da **PROCERGS** quando o meio de transporte da rede é via Internet contratada de um provedor do mercado pelo **MUNICÍPIO**. O serviço Túnel Internet Individual se diferencia por não ter monitoramento e por criar uma VPN a cada vez que for acionada pelo usuário. Para o serviço de Túnel Internet Individual não será cobrada a parcela relativa à Administração do Serviço mensal.

Este serviço compreende o seguinte:

- Cadastramento e configuração de Túnel Internet Individual
- Cadastramento do Túnel Internet na base de dados da infraestrutura de rede da **PROCERGS**.
- Configuração das permissões de acessos aos serviços no *Data Center* conforme as definições do **MUNICÍPIO** e de acordo com o universo de permissões desta.

2) EML – Emulação de Terminais

Consiste no fornecimento de *software* emulador para cada microcomputador pertencente às redes locais do Órgão que acessam os sistemas *mainframe*, garantindo a interoperabilidade entre diferentes tipos de computadores e sistemas. A Emulação de Terminais permite que sistemas *mainframe* continuem funcionando em ambientes modernos, garantindo a continuidade operacional. Além disso, proporciona segurança, mantendo a integridade dos dados e protegendo contra ameaças.

Este serviço compreende o seguinte:

- Fornecedor de Emulações Individuais conforme a necessidade do **MUNICÍPIO**.
